

A ATUAÇÃO DOS ASSISTENTES PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO: A realidade dos Assistentes Pedagógicos em Barra do Garças.

Marlene Maria de Araujo¹

Orientador: Professora Dr^a Neide Moraes de Mello²

Co-Orientador: Professor Esp. Dejana Arruda de Carli Zambrim³

Resumo:

Este estudo consiste em refletir sobre a atuação do Assistente Pedagógico no município em Barra do Garças, o problema estava em verificar qual seria a relação entre as funções específicas para cargo de Assistente Pedagógico e a prática efetiva da mesma. De acordo com o objetivo pretendido, o estudo demonstrou ser o caminho mais apropriado para esta investigação, utilizando-se de questionários e de entrevistas semi estruturado. A análise apresentada baseou-se nas respostas dos sujeitos entrevistados, fundamentando-se em referencial teórico sobre função dos Assistentes Pedagógicos. Os dados analisados revelam que há um grande descontentamento destes profissionais em relação à atuação, não apenas pelo fato de não estarem atuando conforme o edital, mas sim na forma que são visto diante a classe, como inferior e ignorados pela gestão pública municipal. Ao final, evidencia-se a necessidade sensibilizar a gestão publica para que volte o olhar para estes profissionais e atribua funções as quais os mesmos são habilitados.

Palavras-Chaves: Assistentes Pedagógicos. Função e Gestão.

THE ROLE OF TEACHING ASSISTANTS IN EDUCATION: The reality of Pedagogical Assistants in Barra do Garças

Abstract:

This study is to reflect on the role of Teaching Assistant in the municipality of Barra do Garças, the problem was to ascertain what the relation between the specific tasks for the position of Teaching Assistant and the actual practice of it. According to the desired objective, the study proved to be the most appropriate way for this research, using questionnaires and semi-structured interviews. The analysis was based on the responses of the interviewees, basing himself on the theoretical framework on the basis of Pedagogical Assistants. The data analyzed show that there is great discontent of these professionals regarding the role, not only because they are acting as the writing, but the way they are seen on the class, as inferior and ignored by the public municipal administration. At the end, it is clear the need to sensitize the public management to come back looking for these professionals and assign roles which they are entitled.

Key-words: Pedagogical Assistants, Function and Management.

¹ Marlene Maria de Araújo, Pedagoga, Assistente Social Especialista em Metodologia do Ensino Superior, psicopedagogia, Educação Especial com Ênfase em Libras, Educação Especial com Ênfase em Deficiência Intelectual, Educação a Distancia, funcionária da Secretaria de Educação do Município de Barra do Garças, aluna do Curso de Especialização em Gestão Municipal/PNAP da Universidade Federal de Mato Grosso, e-mail araujo-marlene@bol.com.br

² Prof^a Dra Neide Moraes de Mello, docente do Departamento de Administração da Universidade Federal de Mato Grosso, e-mail neidemoraesdemello@gmail.com

³ Prof^a Esp . Dejana Arruda de Carli Zambrim³do Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal, do Departamento de Administração da Universidade Federal de Mato Grosso, dejanezambrim@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A educação sistematiza a forma coletiva em que a aprendizagem esteja envolvida na prática social e com isso os temas problematizados geram questões a serem estudadas como a atuação dos assistentes pedagógicos na educação e sua realidade em Barra do Garças/ MT, questiona-se sobre qual é a relação entre o que diz o edital do concurso público 2011 e a realidade vivenciada pelos profissionais em 2013. Para desenvolver este estudo parte-se da secretaria municipal de educação que não compreende qual é a real função dos assistentes pedagógicos. Uma vez que o edital do concurso norteia a atribuições do cargo, é fundamental que reveja esta situação e esteja adequando a realidade das escolas observando as necessidades dos alunos especiais, buscando interagir o que propõe o edital com vivência social.

Esta pesquisa realizou-se no município de Barra do Garças/MT, junto aos - Centro de Educação Infantil e as escolas que atuam estes profissionais no período de junho á set/2013 nos centros infantis e nas escolas no período de março á maio de 2014. Os participantes foram os assistentes pedagógicos lotados nos centros e escolas, o responsável pelo Edital 2011 e o responsável pela lotação desses profissionais.

A Prefeitura Municipal de Barra do Garças/MT, Estado de Mato Grosso, realizou em 2011 inscrições para o Concurso Público conforme edital 2011, conforme a Lei Orgânica do Município e a legislação municipal vigente, de acordo com as disposições a seguiu o cargo de assistente pedagógico estava para implementar, avaliar, coordenar e planejar o desenvolvimento de projetos pedagógicos/instrucionais nas modalidades de ensino presencial e/ou a distância,

Segundo site <http://www.empregocerto>, da cidade de São Paulo, o assistente pedagógico atuará conjuntamente à coordenação, colaborar no planejamento, execução de propostas, programas e planos. Executará rotinas administrativas e pedagógicas. Facilitará a boa circulação de informações dentre os setores técnico, administrativo e pedagógico, do estabelecimento. Irá completar sem substituir a atividade titular da função

Deverá possuir experiência em educação infantil e ensino fundamental. Além de possuir Conhecimentos em informática (internet e pacote Office). Desejável comprometimento, ética profissional, dinamismo e pro atividade. A formação: Cursos relacionados à área de educação. Ensino Superior em Pedagogia.

A Lei Complementar 288/2005 acrescentou novas atribuições, tais como: auxiliar na distribuição dos recursos humanos, físicos e materiais disponíveis na escola; participação no planejamento curricular; tem o compromisso com o atendimento às reais necessidades escolares; participar dos conselhos de classe, reuniões pedagógicas e grupos de estudo; deve também auxiliar na administração e organização das bibliotecas escolares e executar outras atividades de acordo com as necessidades da escola. Para desempenhar essas funções, o servidor terá de ter a habilitação profissional de conclusão de curso superior em licenciatura plena na área da educação. (Wikipédia, a enciclopédia livre).

Este trabalho é um estudo sobre a atuação dos Assistentes Pedagógicos no município de Barra do Garças, estabelece reflexões por meio de investigação e verifica os significados atribuídos a esta categoria por meio da gestão municipal.

2 DESENVOLVIMENTO

Tendo em vista que o curso de gestão pública municipal está voltado gestão local, sendo assim imprescindível ao profissional da área pública haja vista possibilitar o desenvolvimento de estudos mais aprofundados a respeito da realidade local, mediante isso

pode observar que a atuação dos assistentes pedagógicos é de responsabilidade dos gestores locais e que uma boa administração pode minimizar situações que envolva tais problemas tanto é que no estado de Mato Grosso do Sul/Dourados/MS, publicado no jornal Dourados News escrito por Walteir Luiz Betoni, onde foi revisto a situação do Assistentes Pedagógicos situação por meio da administração recente, pois já perdurava desde 1998.

Na percepção de GATTI, BERNARDES, MELLO, (1974) GOLDBERG, M.A.A (1974), LEITE, S.A.S. (1985), estes autores o Curso de Pedagogia é estruturado de forma a oferecer como uma das habilitações a Supervisão Pedagógica que tem por finalidade - formação Supervisor Pedagógico, Assistente pedagógico ou Orientador Pedagógico. "Não existe um uso padronizado para esses termos".

Cada escola ou sistema adota o que lhe parece mais conveniente. Nas escolas particulares, por exemplo, fala-se em geral de Orientador Pedagógico. Nos sistemas estadual e municipal chama-se de Assistente Pedagógico.

Segundo Catarina Iavelberg, especialista em Psicologia da Educação o profissional deve acompanhar o processo de adaptação dos alunos novos na escola e dos que estão nas séries iniciais de um segmento, sobretudo no início das aulas. Analisar o grupo em diferentes contextos: como ele se organiza, os espaços que ocupa as brincadeiras e os jogos que privilegia no dia a dia. Observar os valores que circulam longe do olhar dos professores. Investigar as relações de poder existentes entre os alunos, reconhecendo as lideranças e os que se submetem a elas.

Uma outra afirmação constante na literatura quando se trata do trabalho de vários profissionais técnicos na educação é a da necessidade da existência de um trabalho interdisciplinar na escola, de modo que a troca de ideias possibilite sua atuação de forma unificada a partir de objetivos comuns (Leite, 1985; Ferretti, 1987).

Por meio de pesquisas percebe-se que há relevância, pois o estudo já repercutiu em vários estados. Percebe-se que em grande parte dos municípios brasileiros, como a cidade de Dourados/MS publicado no jornal Dourados News a fonte da informação sobre o tema, o Conselho Nacional de Educação, por meio de sua Câmara de Educação Básica, vem se manifestando, e referência deve ser feita aos seguintes pareceres: CNE/CEB nº 24/2007, que definiu o conceito de magistério da Educação Básica, notadamente para fins de destinação da parcela do FUNDEB destinada à valorização desses profissionais (Resolução CNE/CEB nº 1/2008); CNE/CEB nº 21/2008, que trata especificamente dos profissionais que atuam na Educação Infantil; e o Parecer CNE/CEB nº 20/2009, que deu origem às atuais Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Resolução CNE/CEB nº 5/2009).

Como referência mais abrangente e completa para o tema em análise, o Parecer CNE/CEB nº 9/2009 e Resolução CNE/CEB nº 2/2009 que estabelecem as Diretrizes Nacionais da Carreira e Remuneração do Magistério da Educação Básica, assim como o Parecer CNE/CEB nº 9/2010 e Resolução CNE/CEB nº 5/2010 que tratam das Diretrizes Nacionais da Carreira e Remuneração dos Funcionários da Educação Básica. Portanto fica evidenciada no meu trabalho a importância de está pesquisando e procurando meios e sugerindo propostas para que isso aconteça.

2.2 O Papel do Supervisor Educacional e o Assistente Pedagógico

Em virtude da falta de uma análise mais ampla do significado das funções do supervisor educacional, inspetor escolar, assistente pedagógico orientador pedagógico e coordenador pedagógico e da omissão das reais competências e campo de atuação desses profissionais na Lei nº9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional –, é possível notar nomenclaturas diferenciadas utilizadas pelos sistemas de ensino em nosso país.

Assim, alguns autores caracterizam a função do orientador pedagógico por meio de diversos prismas: aquele que coordena, supervisiona e acompanha, com a responsabilidade de integrar, reunir esforços e liderar o trabalho da equipe docente.

Mary Rangel (2003) afirma que a supervisão educacional tem um sentido mais amplo, ultrapassando as atividades da escola e refere-se aos aspectos estruturais e sistêmicos da educação em nível macro.

Por sua vez, Naura Syria Carapeto (2002) considera o supervisor educacional um agente articulador de práticas educativas visando à qualidade da formação humana para o pleno exercício da cidadania.

O Art. 64 da Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – utiliza-se apenas das nomenclaturas inspeção, supervisão e orientação educacional para referir-se ao profissional da educação atuante nas funções de orientador e coordenador pedagógico.

Com fundamentação na legislação vigente e por meio da análise evolutiva ao longo da história da educação e da supervisão em nosso país, acredita-se que as ações do supervisor educacional estariam voltadas para o planejamento, a avaliação e a reformulação das diversas etapas do processo ensino aprendizagem, buscando o melhor desempenho da escola em sua tarefa educativa. É o profissional que atua junto ao professor no desenvolvimento metodológico com o objetivo de melhorar o rendimento escolar do aluno.

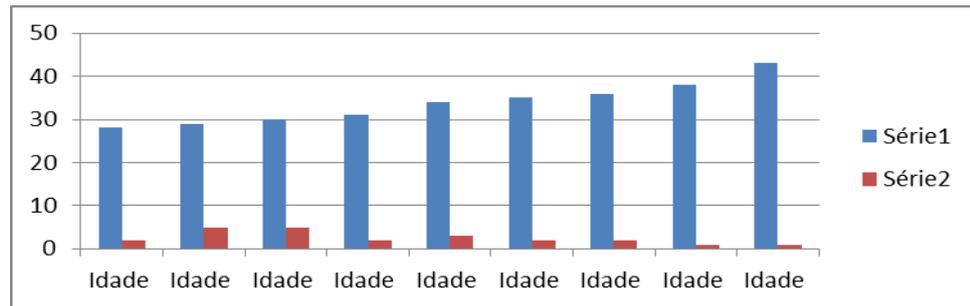
Com a evolução um novo paradigma para a supervisão educacional vem transpor o espaço e o tempo da escola com a imposição de: uma prática voltada não somente para a qualidade do trabalho pedagógico, mas também para a construção de um conhecimento emancipatório, num âmbito político, administrativo e educacional mais amplo.

Nos dias atuais, espera-se que o supervisor desenvolva um trabalho articulador, que ofereça subsídios para novas políticas e novas formas de gestão a fim de acompanhar as transformações ocasionadas nesta era de globalização dos conhecimentos e da política mundial, apoiando e assistindo o corpo docente, visando ao seu crescimento profissional e à melhoria do processo ensino-aprendizagem.

3 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Nesta parte do trabalho discute e analisa a atuação dos assistentes pedagógicos nos centros infantis e escolas. Faz algumas proposições formais na atuação destes profissionais, a partir das observações e entrevistas com os mesmos. Aborda questões como foi proposto o cargo no edital, como foi à lotação e que medidas foram tomadas para solucionar tal empasse.

Ao aplicar o questionário as Assistentes Pedagógicas obteve os seguintes resultados, todos são pedagogos com idade entre vinte e oito a quarenta e três anos de idade conforme o gráfico duas pessoas tem vinte e oito anos, cinco com vinte e nove anos, cinco com trinta anos, duas com trinta e um anos, três com trinta e quatro anos, duas com trinta e cinco anos, duas com trinta e seis, uma com trinta e oito e uma com quarenta e três.

Figura 3- Idade

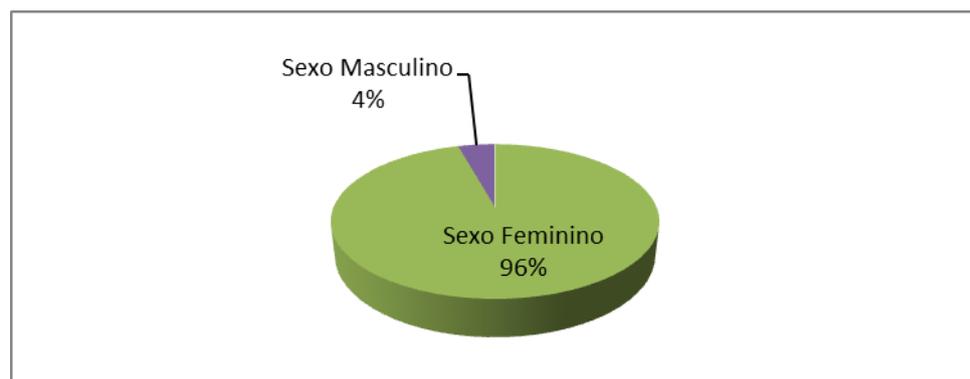
Fonte: Pesquisa realizada pela autora(2014)

Ao observar os profissionais detectamos que entre numa faixa etária entre vinte e oito a quarenta e três anos, percebe-se que está dentro da faixa etária publicada pelo IBGE que informou que a população, em 2012, 63,2% tinham até 39 anos de idade e as pessoas com 60 anos ou mais de idade representavam 12,6% da população em 2011, esse grupo correspondia a 12,1%.(IBGE,2012).

O IBGE informou que em 2012 que a população atingia 63,2% com idade de 39 anos, e é nessa faixa etária que o profissional está empregado ou em busca de consolidação da sua carreira, ficou claro no gráfico que o numero maior de pessoas consiste na idade de 30 anos, sendo a idade mediana dos entrevistados.

3.1 Sexo dos Entrevistados

O gráfico a seguir mostra o sexo dos entrevistados, podemos observar que a maioria é do sexo feminino sendo vinte e dois, e apenas um do sexo masculino.

Figura 4- Sexo

Fonte: Pesquisa realizada pela autora(2014)

As mulheres são maioria na população brasileira. O dado foi divulgado pelo IBGE (Instituto Nacional de Geografia e Estatística) por meio da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios). O estudo mostra que, no Brasil, existem 5,2 milhões de mulheres a mais do que homens. Assim, de todo o contingente populacional brasileiro, as mulheres representam 51,3%.

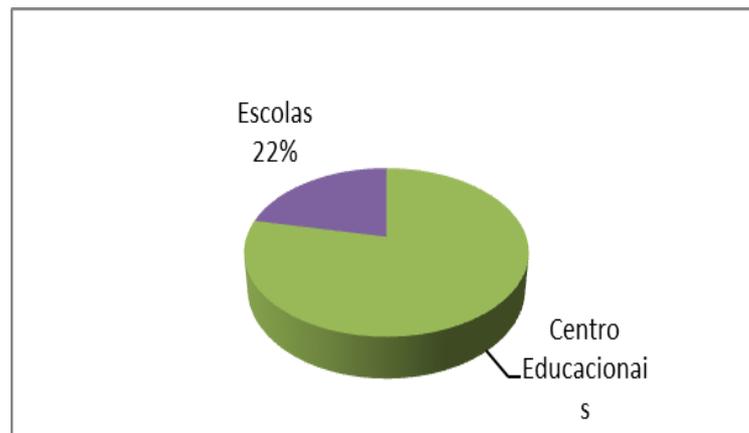
Podemos perceber que na educação prevalece o público feminino, e isto mostra as relações históricas que envolveram as mulheres, sempre foram pautadas em condições que traduziam costumes patriarcalistas. O papel das mulheres estava bem definido, em todos os

afazeres domésticos, a coesão familiar e a principal dela que era a responsabilidade pela educação dos filhos. A mulher sempre teve a presença forte na educação.

3.2 Local de Atuação dos Assistentes Pedagógicos

O Local de atuação são: cinco atuando em escolas e dezoito em Centro Educacional Infantil conforme o gráfico.

Figura 5- Local de Atuação



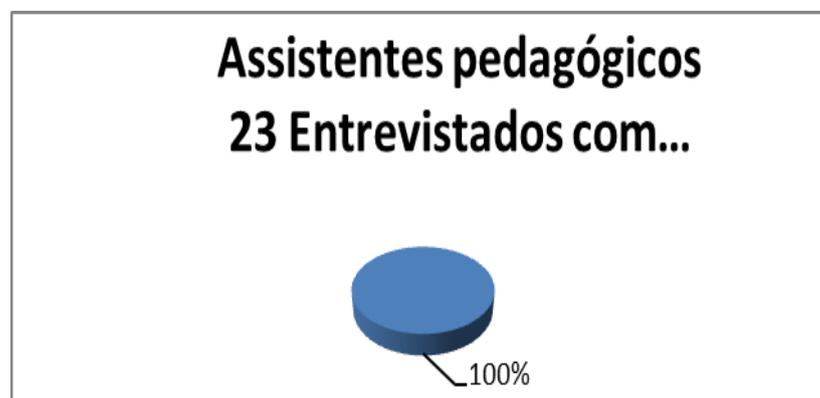
Fonte: Pesquisa realizada pela autora(2014)

Este primeiro gráfico enfatiza o grau de porcentagem referente aos Centro Educacionais Infantis e as Escolas, Ressaltando que no município de Barra do Garças-MT o número de alunos matriculados na Pré-escolar são de 1.435, enquanto no Ensino Fundamental é de 8.787, conforme - INEP - Censo Educacional 2012. Todavia estes profissionais estão voltados seu atendimentos para Centros Educacionais Infantis, por determinação da gestão Municipal.

3.3 Nível Superior

Todos os profissionais têm Nível Superior em Pedagogia conforme gráfico que segue:

Figura 6 Nível Superior

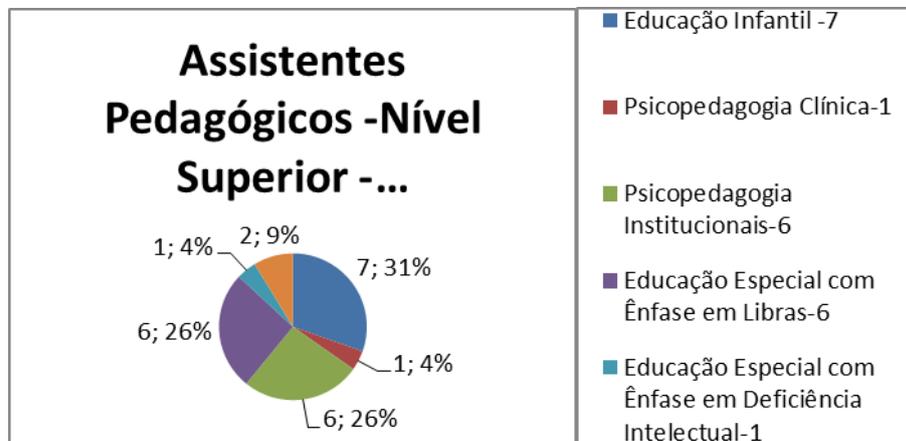


Fonte: Pesquisa realizada pela autora(2014)

3.4 Profissionais com Especializações

Constatou-se que apenas duas pessoas não têm especialização mais informou que já estar cursando entre os demais encontrou as seguintes especializações: especialização em Educação Infantil, psicopedagogia Institucionais, psicopedagogia clínica, educação especial com ênfase em Libras, educação Especial com Ênfase em Deficiência intelectual, sendo assim destruído, 7 educação infantil 6 educação especial com ênfase em Libras, 6 psicopedagogia Institucionais, 1 psicopedagogia clinica, 1 educação Especial com Ênfase em Deficiência intelectual, 2 cursando educação especial com ênfase em Libras conforme o gráfico a seguir.

Figura 7-Profissionais com Especializações



Fonte: pesquisa realizada pela autora

Conforme a LDB. 94;96 Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

O gráfico demonstrou que os profissionais têm especializações e os que não têm, estão se qualificando com uma diversidade de especializações, mas todas voltadas para trabalhar com crianças da educação infantil, e educação especial, habilitações que pode proporcionar ao município uma educação de qualidade.

Os assistentes Pedagógicos foram submetidos a um questionamento a respeito de como adquiriu conhecimento sobre a realização do concurso, vinte e duas responderam que obteve por meio do edital do site PCI concursos, amigos e TV apenas um informou apenas por amigos e TV e todos afirmaram que leram efetivamente o edital antes de realizar as inscrições.

Em relação ao cargo o qual assumiram e as instituições as quais desempenharam a função desde o concurso, a maioria informou que permanecem na mesma instituição e na mesma função, ou seja, desempenhando a função de cuidadores, destacando-se alguns casos como:

Inicialmente trabalhei C.EI Dom Geraldo Fernandes e no ano seguinte C.EI Esmeralda Gomes de Carvalho, desempenhando a função de monitor, ou seja cuidadora. Entrevistada “1”

Primeiramente fui lotada na Escola Arlinda Gomes da Silva, acompanhando um aluno especial em sala, no ano seguinte me mandaram para o C.EI Esmeralda Gomes de Carvalho, desempenhando a função de monitor, ou seja cuidadora. Entrei na justiça seis meses depois o juiz determinou que o município me retornasse a escola e cargo de origem, retornei a escola todavia o cargo não, pois não reconhece nosso cargo, então estou em sala com um aluno com transtorno opositor. Assistente ”8”

Fui lotada na Escola João Alves no ano seguinte me enviaram para o C.EI Esmeralda Gomes de Carvalho, desempenhando a função de monitor, ou seja cuidadora. Entrei na justiça seis meses depois o juiz determinou que o município me retornasse a escola e cargo de origem, retornei a escola auxiliando a coordenação. Entrevistada “2”

Estava atuando na C.E.I. insatisfeita com a situação entrei na justiça em 2013 e o juiz determinou que fosse para uma escola, estou na escola auxiliando a sala de recurso Entrevistada “3”

Desde 2012 atuei na Escola .Pe. Sebastiao Teixeira Carvalho. Ate 2013 atuava na a sala de recurso amava minha atuação como tenho psicopedagogia clinica, identificava os problemas apresentados pelas crianças juntamente encaminhava aos órgãos competentes. A secretaria argumentou como meu concurso era para assistente pedagógico não poderia atuar na sala de recurso e designou a auxiliar a coordenação. Quero registrar que não estou satisfeito com essa situação, pois o profissional que assumiu meu lugar na sala de recurso não tem especialização especifica e eu não posso atuar onde mais amo. Entrevistado “4”

Desde 2012 atuo no C.E.I Anchieta auxiliando as professores com as crianças com o cuidar na hora de dormir, banho e orientação na hora da alimentação. Entrevistada “5”

Esta situação se torna um tanto preocupante, pois o profissional citado estava desenvolvendo um trabalho na unidade de ensino, a comunidade escolar reconhecia a importância do seu trabalho, e especialista em psicopedagogia clínica e o outro profissional o qual assumiu sua função não tem especialização.

Vale ressaltar que norma para atuar na sala de recurso o profissional tem que ser pedagogo, ter uma especialização específica como Educação Especial ou psicopedagogia, caso não haja candidata-se um pedagogo com curso de aperfeiçoamento. E o que esta atuando no momento e um profissional historiador e só agora que esta se aperfeiçoando, sendo que na unidade de ensino tem o profissional especialista e capacitado para a função.

As funções desenvolvidas pelos assistentes pedagógicas no município em Barra do Garças-MT, diverge sendo de cuidador em creches(monitor) a cuidador de crianças especiais como auxiliar de coordenação.

Um entrevistado afirma que quando estava atuando na sala de recurso realizava testes para identificar o grau de dificuldade e problema enfrentado pelas crianças como EFES-

CAT,TAT, Teste progressivo, historiografia e avaliação psicossocial. A maioria afirma que cuida de crianças conforme segue

Cuido e educo crianças de um ano e meio até aos quatro anos, minhas funções são de olhar, banhar, alimenta-los e passar algumas atividades recreativas e observa-lo na hora do sono. Assistente Entrevistada “5”.

Chego as 7:00hs,na Creche vou para o refeitório recebo as crianças até as 7:30hs,auxilio no café, logo depois as atividades recreativas as 9:00hs começo o banho em seguida o almoço que começa as 10:15, após o almoço a escovação e soninho. Assistente Entrevistada “6”

Esta fala está presente em todas as declarações dos assistentes que atuam na educação infantil C.E.I. Já nas escolas, depende:

Atuo auxiliando a coordenação em tudo que precisa. Entrevistada “2”e entrevistado”4’

Atuo auxiliando a professora da Sala de Recurso em tudo que ela necessita. Assistente entrevistada “1”

Atuo em sala de aula auxiliando uma aluna que tem paralisia cerebral em todas as suas atividades e adaptando os materiais para proporcione um aprendizado de qualidade, apresentando tecnologia assistiva para que a aluna possa realmente sentir inclusa, fazendo com que participe de todas as atividades realizadas em sala e nos momentos recreativos, e as dez horas restante desenvolvo projeto reforço escolar voltado para alunos com dificuldade em aprendizagem. Assistente entrevistada “7”

Atuo em sala de aula auxiliando um aluno que tem transtorno opositor, auxiliando em todas as suas atividades e proporcionando meios para que se possa interagir no meio social. Assistente entrevistada “8”

Enquanto ao sindicato reconhecer a situação em que estes profissionais estão vivenciando a maioria responderam que sim, uma vez que se reuniram 17 profissionais para delimitarem o que os profissionais gostariam como fosse desenvolvida as suas funções

Claro, fizemos reunião na época da greve e o SINTEP ficou responsável para encaminhar para o Conselho Municipal e Prefeitura Municipal. Assistente entrevistada “9”

Sim, foi feito projeto pelo SINTEP e encaminhado para o prefeito. Assistente entrevistado “4”

O sindicato não tenho certeza, não tenho conhecimento se foi repassado para eles, mas a prefeitura municipal tem o conhecimento sobre nossa situação. Assistente “1”.

Foi realizado uma reunião onde o SINTEP se encarregou de tomar alguma medida junto ao conselho Municipal . Assistente “10”

Sim, inclusive no período de greve 2013 foi realizado uma reunião para todos os assistentes a esse respeito, ou seja, o que o SINTEP poderia nos auxiliar. Apesar de nem todos comparecer. Assistente”14”.

O SINTEP tem conhecimento sim, pois reunimos e passamos o que desejaríamos para nossa função. Assistente “12”

Com certeza, pois até nos reunimos para discutir o plano de carreira, salvo me engano foi feito um documento e encaminhado ao Conselho Municipal e Prefeitura Municipal. Assistente”6”.

Ao serem questionadas se considerava que as funções realizadas são aquelas que estavam em conformidade das expectativas no momento da realização do concurso, obteve as mesmas respostas que não estava conforme proposto o edital. Alguns entrevistados justificam

Não, pois no o edital a programação é totalmente controversia do serviço a qual estou administrando. Assistente “1”

Não, pois no o edital falava que iríamos fazer um trabalho diferente não ficar cuidando diretamente de crianças. . Assistente “5”

Claro que não, para mim foi um choque, como já trabalhava em uma instituição particular desenvolvendo projetos fiquei toda feliz, imaginado que estava entrando no concurso certo, mas não foi bem isso que aconteceu, em primeiro momento fui lotada em uma escola como cuidadora de uma criança com laudo imperativo em outros transtornos, no ano seguinte retiraram da escola me colocaram numa C.E.I para atuar como monitora de crianças, entrei na justiça e o juiz determinou para que retornasse para minha lotação de origem e cargo de origem, estou na escola de origem, e não no cargo de origem, pois continuou como cuidadora de uma criança com transtorno opositor. Assistente entrevistada“ “8”

Se tivesse conforme o edital proposto, eu não estaria realizando papel de cuidador de crianças, logico que não. Assistente entrevistada“ “6”

Todos afirmaram que o desenvolvimento do seu trabalho não está condizente com que o edital propõe, porque eles estão atuando em C..E.I como monitores e outros em escolas com alunos especiais, pesar de tudo, muitos deles afirmam gostarem de estar atuando , o problema e o não reconhecimento e por não terem identidade profissional.

Apenas quatro Assistentes responderam que desde que assumiu o concurso desempenhou papéis diferentes foram o caso das meninas que foram deslocadas das escolas para as C.E.I e entraram na justiça e ganharam o direito de retornar para a lotação de origem.

Elas afirmar que seu cargo há disfunção, ou seja, você não realiza atividades que deveria conforme o edital. Para tentar resolver tais problemas reuniram no Sintep(Sindicatos dos Professores) sugerindo a implementação do cargo na Lei Municipal 049, com atribuição conforme o edital ou adequar a realidade que vivencia valorizando suas formações e especializações e não reduzindo a um cargo inferior.

O sindicado dos Professores conhece esta situação, e mediante isso, encaminhou uma copia da reunião dos assistentes e formulou um documento solicitando a secretaria de Educação e o Conselho de Educação tomar um posicionamento, o conselho se manifestou a favor dos assistentes, que o município deve enquadrar como docentes ou regulamentar esta situação, todavia o poder de decisão cabe ao município.

Em relação da secretaria da educação tratar este assunto em todas as respostas aparece com as palavras desprezo e descaso algumas enfatizaram:

Trata com descaso, pois sabe da nossa situação, mas preferem fingir que não sabem e administra nosso serviço da maneira que deseja ou acha que estão corretos ou da maneira que necessita.. Assistente entrevistada “ 1”

A Secretaria de educação tem conhecimento do assunto sabe que estamos em desvio de função, porem não tomam atitude sobre o assunto. Assistente “ 13”

A secretaria está esperando que se resolva judicialmente para tomar providencia Assistente entrevistada “ 6”

Enquanto isso, o município argumenta que foi um equívoco que estes profissionais deveriam ser concursados como monitor e não Assistentes Pedagógicos foi apenas uma troca de nomenclatura, no entanto, isso não é verídico, pois as atribuições de monitor diferem do Assistente Pedagógico.

Mediante os depoimentos percebe-se que há disfunção de cargo, pois se o cargo é para desenvolver uma atividade e está desenvolvendo outra, mesmo com ordem judicial. Os gestores têm que rever seus posicionamentos em relação a está problemática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo investigar e refletir sobre a atuação dos Assistentes pedagógicos os significados atribuídos a esta categoria por meio da gestão municipal.

Foi possível conhecer as contribuições dos profissionais para educação e observar a disfunção relacionada ao seu cargo. Algumas conclusões neste estudo foram se evidenciando, diante do material coletado. Em primeiro momento, o município propõe um novo cargo, mas não se preocupa em adequar ao plano de carreira da educação do município, e assim, não estruturou o cargo e suas atribuições de acordo com a exigência da prática, proporcionando insatisfação aos profissionais do cargo.

Durante as observações, verificou-se, que alguns profissionais entraram com processo na justiça para não permanecer na função de monitor, há também o desabafo em relação as expectativa adquirida ao lerem o edital. Pois no edital propunha uma atuação que na prática nunca aconteceu.

Enquanto ao responsável pelo Edital 2011 e o responsável pela lotação desses profissionais, não foi possível entrevista-los, pois os mesmos recusaram a receber a pesquisadora, alegando que este assunto era problema da gestão atual e a gestão atual não autorizou a entrevista com a pesquisadora.

Outro ponto interessante observado foi que, os profissionais recebem um salário equivalente a setenta por cento em relação ao piso proposto ao docente, sendo que a exigência é a mesma escolarização e nos outros municípios não há diferenciação, e quando há é para maior por ser considerado um cargo superior em relação ao ato de supervisionar, coordenar e orientar.

Os Assistentes Pedagógicos do Município de Barra do Garças são profissionais habilitados e capacitados para exercer o cargo proposto pelo edital, pois apresenta uma gama de diversidade de especializações.

Este trabalho é um estudo sobre a atuação dos Assistentes Pedagógicos no município de Barra do Garças. Ênfatiza a importância de enquadrá-los e reconhecer sua real função atribuindo as atividades a qual foram exigidas no edital.

A gestão municipal precisa apropriar-se de toda essa riqueza propiciada pela diversidade das especializações e formações específicas que estes profissionais têm e, utilizar a favor de uma educação de qualidade e não os restringindo as atividades os quais estão desenvolvendo atualmente, ressaltando que são atividades importantes, mas simples, como monitor e cuidador que pode ser exercida por um profissional com ensino médio, ou que tenha um curso profissional destinado a esta prática.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA DE MELLO, C. A. Curso de Direito Administrativo– 11.ed. – São Paulo: Malheiros, 1999.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL: **Texto** constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas emendas Constitucionais nº 1/92 a 35/2001 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas

BRASIL. ConcursosnoBrasil. <http://concursosnobrasil.com.br/media/editais/473/anexos.pdf>. Acesso em 07 julho 2013

BRASIL. Disponível <http://noticias.r7.com/brasil/brasil-tem-5-milhoes-de-mulheres-a-mais-que-homens-diz-ibge-27092013>

BRASIL. Empregocerto. Disponível em <http://empregocerto.uol.com.br/vagas/assistente-pedagogico-sao-paulo-sp-2088575.html#rmcl> Acesso em 07 julho 2013.

BRASIL. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/>. acesso em 20 maio 2014.

BRASIL. Lei 9.394/95, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm Acesso em: 12 set 2013.

BRASIL. Wikipédia . http://pt.wikipedia.org/wiki/Assistente_t%C3%A9cnico-pedag%C3%B3gico. Acesso em 07 julho 2013

CARVALHO, Debora. As disfunções da burocracia transformam-se na própria "burocracia" disponível em . <http://www.administradores.com.br/artigos/economia-e-financas/as-disfuncoes-da-burocracia-transformam-se-na-propria-burocracia/44412>. Acesso em 01 de jul 2014.

_____. Conteúdo jurídico do princípio da igualdade. – 3.ed. – São Paulo: Malheiros, 2002.

CHIAVENATO, I. Gestão de Pessoas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

_____. Teoria Geral da Administração. 7ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

_____. Recursos Humanos. São Paulo: Compacta, 1993.

BOGDAN, Robert e BILKEN, Sari. Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994. CONCURSOS-PUBLICOS. Disponível em <http://jus.com.br/revista/texto/8035/concursos-publicos-e-o-principio-da-vinculacao-ao-edital#ixzz2Jyjkso8r>. Acesso em 30 de out 2013.

DOURADOSNEWS. Disponível em <http://www.douradosnews.com.br/dourados/prefeitura-confirma-enquadramento-de-assistentes-pedagogicos>. Acesso 05 julho 2013

DOURADOS, News informações. Disponível em <http://www.pciconcursos.com.br/concurso/prefeitura-de-dourados-ms-62-vagas>. . Acesso 05 julho 2013

FACEBOOK . <https://pt-br.facebook.com/COMANDANTEBARBOSAII/posts/404585939654282>

GATTI, B.A. & BERNARDES, N.M.G. & MELLO, G.N. (1974). Estudo sobre a função do Assistente Pedagógico. Cadernos de Pesquisa, no. 9,4-40. .

GOLDBERG, M.A.A (1974) Avaliação de competência no desempenho do papel de Orientador Educacional. Cadernos de Pesquisa no. 11,29-33.

IABELBERG.C. Disponível em <http://revistaescola.abril.com.br/gestao-escolar/orientador-educacional/papel-monitor-inspetor-ou-bedel-formacao-alunos-623663.shtml>. Acesso 05 maio 2013.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/educacao.php?lang=&codmun=510180&search=mato-grosso|barra-do-garcas|infográficos:-escolas-docentes-e-matriculas-por-nivel>. Acesso em 17 de maio 2014